



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao Jornal Extra, do Rio de Janeiro
Publicada no dia 07 de março de 2008**

Jornalista: O “Extra” publicou, recentemente, uma foto do menino Cristiano Pereira Tavares, de 9 anos, nadando em um valão na favela de Manguinhos. O menino revelou seu maior sonho, com a chegada do PAC à comunidade, e fez um pedido ao presidente Lula: poder nadar em uma piscina de verdade, perto de sua casa. O que o governo pode prometer às milhares de crianças, nas favelas beneficiadas pelo PAC?

Presidente: Fico muito feliz com esta pergunta, porque ela me dá a oportunidade de falar sobre um dos aspectos mais importantes do PAC, para comunidades pobres do Rio. Com esse programa, nós vamos dar uma atenção especial às crianças e aos jovens, fundamentais para continuarmos construindo um Brasil com mais desenvolvimento e justiça social. O governo vai investir na construção de escolas de ensino médio, com bibliotecas, laboratórios e salas de informática, e de escolas técnicas, onde nossos jovens vão aprender uma profissão. Também teremos áreas de lazer, creches e centros de referência da juventude, com cursos e atividades culturais e esportivas. Quero aproveitar para dizer ao Cristiano que ele vai poder realizar seu grande sonho, porque nós teremos um complexo esportivo em Manguinhos com uma piscina, além de quadras esportivas e até pista de skate.

Jornalista: O Rio de Janeiro, como o senhor mesmo disse, está sob o jugo de duas forças paralelas ao Estado: as milícias e o tráfico. As duas preencheram a lacuna deixada pelo Estado. O projeto utilizado na urbanização das comunidades atendidas pelo PAC, dominadas pelo tráfico, pode valer também



para aquelas onde esses milicianos atuam? Como enfrentar isso?

Presidente: Este PAC, que nós vamos iniciar hoje no Rio, é uma iniciativa do governo federal de levar o Estado até áreas pobres, que há muitos anos têm inúmeros problemas, exatamente por causa dessa ausência do Estado. Sem o Estado, sem o sentimento de cidadania, as pessoas acabaram cercadas pela criminalidade, sobretudo o tráfico de drogas, que roubou e ainda rouba muitos jovens do Brasil do futuro. Por isso, nós vamos investir mais de 1 bilhão de reais, para levar luz, água e esgoto até essas comunidades, para termos moradias dignas, creches para cuidar dos filhos dos trabalhadores, serviços de saúde, escolas, bibliotecas, postos policiais. Vamos levar microcrédito às pessoas que sonham com um negócio próprio, aproximar a Defensoria Pública de quem precisa, promover a regularização de terrenos para dar mais segurança aos moradores. O PAC leva em conta as necessidades da população, não as das forças que tomaram conta dessas áreas.

Jornalista: Como o senhor vê a negativa do Exército em emprestar os Urutus para serem utilizados nas ocupações das comunidades que serão beneficiadas com as obras do PAC? A colaboração do Exército não poderia ser logística, com o fornecimento de alimentação e de equipamentos?

Presidente: O Exército brasileiro tem dado uma contribuição extraordinária ao País, neste novo momento que estamos vivendo, com a retomada do desenvolvimento e dos investimentos em infra-estrutura. Atualmente, nós temos 19 obras do PAC sendo executadas por 8 mil homens do Exército, inclusive obras de extrema importância, como a integração de bacias do rio São Francisco. Essa colaboração permite ao País aproveitar toda a experiência militar em engenharia e economizar recursos, porque, às vezes, as empreiteiras cobram mais caro. No caso desse PAC no Rio, o Exército



participou das ações preparatórias, nos ajudando a estar aqui hoje para iniciar efetivamente as obras, e continua dando apoio logístico e na área de inteligência. O empréstimo de equipamentos bélicos pesados, como no caso dos Urutus, é um assunto mais delicado, que precisamos discutir mais. Eu encomendei ao ministro Jorge Félix, do Gabinete de Segurança Institucional, um estudo para encontrarmos as formas legalmente adequadas, para que as Forças Armadas possam colaborar com o governo do estado na preservação da segurança pública no Rio de Janeiro. O ministro Jobim também está discutindo essa questão no âmbito do Plano Nacional Estratégico de Defesa, que deverá ser apresentado em setembro.

Jornalista: A Secretaria de Segurança Pública do Rio, e as polícias Civil e Militar já fizeram o plano para a tomada das áreas conflagradas, que serão atendidas pelo PAC. Entretanto, ainda não há verba para a compra de equipamentos, e até o básico, como alimentar a tropa. Como isso vai ser resolvido? Não existe uma orientação para que as Forças Armadas dêem suporte para as Forças de Segurança do Rio de Janeiro?

Presidente: O PAC, nas comunidades carentes do Rio, é resultado de uma parceria do governo federal, do governo do estado e da prefeitura. Dos investimentos de 1 bilhão e 14 milhões de reais, 838 milhões são recursos federais e 302 milhões, dinheiro do estado e da Prefeitura. Nesta parceria, existem atribuições para cada um dos agentes públicos. No caso da segurança na região das obras, o governo federal colabora com o envio da Força Nacional de Segurança Pública para atuar junto com os policiais estaduais, que têm a responsabilidade por garantir a segurança. Já temos 600 homens operando no controle de vias de acesso às favelas. Outros 600 homens poderão ser enviados, conforme a necessidade do governo do Rio e mediante acordo com os demais governos estaduais, pois são eles que liberam seus efetivos policiais



para integrarem a FNS. O Ministério da Justiça já acertou com o governador Sérgio Cabral o repasse de 55 milhões de reais da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), este ano, para a compra de viaturas, de armamentos, de munições, de equipamentos de rádio e outras necessárias, para que as polícias do Rio realizem as operações. A liberação desse dinheiro ainda está pendente, não por culpa do governo, mas pelo atraso na aprovação do Orçamento federal, que deve ser resolvido na semana que vem. Em relação ao suporte para a segurança, a disposição do governo é colaborar com o que for possível. Tal como a FNS, as Forças Armadas já estão dando apoio logístico e de inteligência, que poderá ser ampliado conforme entendimento com o governo do Rio, caso seja necessário.

Jornalista: No ano passado, ao comentar a operação que matou 19 pessoas no Alemão, o senhor disse que não se combate o crime com pétalas de rosas. Na semana passada, ao garantir que as obras do PAC no Complexo do Alemão não serão feitas com polícia, o senhor disse que "se porrada educasse as pessoas, bandido saía da cadeia santo, e o que educa as pessoas são oportunidades e gestos de solidariedade". O que o fez mudar de opinião? Existe algum tipo de acordo para garantir a paz ou o governo vai assumir o risco de montar um canteiro de obras, sem antes garantir a segurança dos trabalhadores e das pessoas que lá moram? É possível entrar nessas comunidades sem confronto?

Presidente: Eu não mudei de opinião. Uma coisa é lidar com bandidos. Não é possível enfrentar a bandidagem, jogando pétalas de rosas ou pó-de-arroz. Temos que enfrentá-los com a força necessária para garantir a segurança da população, sabendo que eles podem estar usando armas mais poderosas do que as que a polícia utiliza para combatê-los, e tendo em mente que os Poderes Públicos não podem permitir que nenhum território seja mantido sob o



controle de bandidos. Mas, como eu disse naquela mesma oportunidade, temos de enfrentá-los sabendo que a maioria do povo que mora lá, é gente trabalhadora, gente de bem e que não pode ficar refém de uma minoria. Por isso é que nós estamos levando o PAC para as comunidades que moram nos morros do Rio de Janeiro, para levar oportunidades a essa gente de bem com a presença mais próxima do Estado, subindo o morro com posto de saúde, escola, creche, saneamento básico, moradia decente, e não dando porrada, porque porrada não educa as pessoas. O que educa é a solidariedade, o que educa é fazer as pessoas, especialmente os jovens, acreditarem que terão oportunidades fora do tráfico e do crime organizado. A função do Estado é dar oportunidades e não porrada.

(\$31DHKLP)